

09 de julho de 2021

## Argumentos em favor do reajuste Diálogo com a categoria | SEDUC

### Considerando que:

1. **Considerando que de acordo com o INPC, a inflação acumulada entre novembro de 2014 e junho de 2021 chega a 45,05%.** Professores e funcionários da ativa e aposentados já perderam, portanto, quase metade do seu poder aquisitivo.
2. **Não conceder a inflação fere a previsão constitucional de irredutibilidade salarial,** pois negar este repasse possui o mesmo efeito prático da redução.
3. **No mesmo recorte temporal, o preço da Cesta Básica - calculada pelo Dieese, com base nos custos médios da capital - aumentou de R\$ 342,62 para R\$ 642,31; o equivalente a 87,5%.** Cabe lembrar que os alimentos têm um peso maior no orçamento daqueles que ganham menos.
4. Além do arrocho salarial sem precedentes, os educadores(as) **amargam um auxílio-refeição extremamente defasado,** de R\$ 10,11. Neste item, até 2018, o Estado vinha realizando reajustes de acordo com o índice geral da inflação. Nos dois anos do governo Leite, no entanto, nem esta correção foi concedida.
5. **Por mais de 60 meses, a maior parte dos servidores receberam salários atrasados e parcelados, desprovidos do direito de conhecer o dia do pagamento do próprio salário com o mínimo de antecedência.** Esta política inviabilizou a programação pessoal e financeira dos trabalhadores(as) e empurrou muitos ao endividamento.
6. Em 2020, após travar uma dura greve para defender seus direitos e carreiras, os(as) educadores(as) gaúchos honraram o compromisso com os(as) mais de 800 mil alunos que dependem da escola pública estadual, recuperando as aulas devidas e concluindo o ano letivo. Não obstante, seus **salários foram cortados como forma de retaliação ao movimento grevista;**

7. **Com a aprovação das Reformas Previdenciárias no país e no estado, os aposentados(as) passaram a pagar pesadas e abusivas contribuições**, que podem somar um salário inteiro perdido ao longo de um ano de descontos.

8. **Educadores aposentados** foram duramente atingidos pela mudança no desconto previdenciário. Em dezembro de 2019, o montante **descontado a título de Previdência RPPS** (dos inativos no total do executivo), totalizava R\$ 19,1 milhões, em dezembro de 2020, totalizou R\$ 60,1 milhões, um aumento de 40,9 milhões (214,3%). Mas na SEDUC, é que a situação foi mais crítica - em 2019, totalizavam um desconto previdenciário de R\$ 517 mil, em 2020, passaram a totalizar R\$ 26,8 milhões, portanto **um aumento de 26,2 milhões** (5.076%), no desconto previdenciário, em favor do estado.

9. Análise agregada realizada pelo Dieese, mostrou que considerando toda a folha do Executivo, incluindo ativos e inativos, o estado, passou a **arrecadar 39,4 milhões a mais a título de previdência**, sendo que desses, 22,7 milhões (**57,6%**) **custeados pelos educadores**. Extrapolando para um ano (13 meses), seria algo em torno de R\$ 513 milhões pagos a mais pelos servidores, sendo **R\$ 295,5 milhões pelos educadores**.

10. **O governo promoveu uma série de reformas que resultou em intenso processo de retirada de direitos e conquistas dos servidores**; mudanças nos planos de carreira, eliminação de vantagens e redução de adicionais.

11. Contrariando a fala do governador sobre a **reforma do magistério**, que disse que: *“Milhares de professores ativos, somando as medidas propostas, terão aumento de 20% a 25% na remuneração em relação ao ano passado”*, o resultado da análise de variação da folha 2020/2019 para os ativos da SEDUC, do total das rubricas selecionadas (as com maior participação %), houve um incremento de 3,7% (enquanto INPC do período foi de 5,45%), ou seja, um **aporte de R\$ 6,2 milhões**, que em uma extrapolação para um ano, seria em torno de **R\$ 80,5 milhões, bem abaixo dos 350 milhões propagandeado como aporte pelo governo a ser feito em 2020**.

12. A reforma promoveu uma série de mudanças. O montante pago pela SEDUC, a título de **Adicional de Local de Exercício teve redução** (2020/2019) de **52,8%**. Além de várias outras rubricas que tiveram queda, em função das mudanças.

13. **O contingente de servidores que entrega serviços públicos cai sistematicamente**. Em 2015 o total de servidores do estado (incluindo todos os poderes) era de 165.511, em 2021, 137.678, portanto, redução de 16,8%. No Executivo o ajuste é ainda maior, passando de um total de 153.040 para 122.852 ou seja -19,7%, nesse caso são 30.188 servidores a menos para atender uma população que cresceu em 247 mil pessoas no mesmo período. Mas o caso mais crítico é da **SEDUC** que em 2015 contava com 97.986 servidores ativos e em 2021 conta com 72.869, ou seja **-25,6% (-25.117 educadores)**.

14. Desde 2015, a folha dos ativos da Secretaria da Educação encolheu nominalmente 21%, e a sua **participação nos gastos de pessoal do Estado caiu de 33% para 22% em 2021.**

15. **Uma categoria** que está trabalhando dobrado desde o início da pandemia, arriscando-se nas aulas presenciais e, quando no ensino remoto, utilizando equipamentos pessoais e pagando Internet e luz com os próprios recursos para não deixar desassistidos os estudantes que dependem da escola pública. **Arcando integralmente com os custos da transferência do posto de trabalho da escola para o domicílio.**

16. **Dados do Balanço Consolidado do estado, relativo a 2020, indicam déficit orçamentário seis vezes menor do que o observado em anos anteriores mesmo no contexto da pandemia.** Adiciona-se a isso que os Restos a Pagar foram reduzidos em 5,1 bilhões, que não recorreram a depósitos judiciais e ainda reduziram o estoque de precatórios em 2% (comparado a 2019).

17. **O Resultado Primário no ano de 2020 foi positivo em 2,35 bilhões** (3,65 bilhões acima do orçado);

18. **Considerando os últimos 12 meses até abril de 2021 – dado mais atual disponível, a Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Rio Grande do Sul atingiu 45,4 bilhões, indicando crescimento de 13,7% em relação a igual período do ano anterior e, portanto, o dobro da inflação do período, que foi de 6,76% (IPCA/IBGE) | RREO/STN.** Por outro lado, as despesas com pessoal cresceram, no mesmo período, apenas 6,7%.

19. **Houve crescimento de 35,7% das Transferências Correntes (que representam 19,2% das Receitas Correntes) - com impacto do suporte financeiro previsto na Lei 14.041/20 - Fundo de Participação dos Estados (FPE), da Lei Complementar 173 - de socorro aos estados no enfrentamento da pandemia, repasses do SUS e outros recursos federais | RREO/STN.**

20. **Último levantamento realizado pelo Dieese, indica que o ICMS, que responde por 86% da Receita Tributária, no primeiro semestre de 2021, cresceu 28,43% nominal.** Isso significa que 61,3% do orçado para arrecadar em 2021 já foi cumprido (até junho).

21. **Dados organizados pelo Dieese demonstram que as despesas com pessoal do Estado, em 2021, atingiram o menor comprometimento das receitas em sete anos, ficando abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.** A relação Despesa Total com Pessoal/Receita Corrente Líquida ficou em 42,3%, ou seja, abaixo do limite máximo (49,00%) e do limite prudencial (46,55%). Um dos menores comprometimentos na última

década. Importante registrar que a partir de jan. de 2021 pensionistas e o IRRF dos servidores passaram a compor os limites, o que até então não ocorria, caso a metodologia não tivesse sido implementada o percentual de comprometimento estaria abaixo dos 39%.

**22. Considerando que o Rio Grande do Sul concede em torno de 20,1 bilhões em renúncias fiscais por ano.** Considerando somente as de ICMS - que há influência legislativa, que representam em torno de 9,8 bilhões, equivale a 21,3% do que poderia ter sido arrecadado - o dobro do que é concedido por SP, por exemplo. **As renúncias fiscais aumentaram de 2014 a 2019 em 20,1%.**

**23. Apesar de a LC 173 - aprovada pelo Congresso - vetar reajustes, o texto não menciona reposição salarial e já existem casos concretos de concessão desde a sua promulgação.** Por outro lado, caso o Estado efetive sua intenção de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, os trabalhadores poderão ficar condenados a mais nove anos sem qualquer reposição, o que imprime urgência e atenção de providências do estado em relação a política de recursos humanos, em especial a salarial.

**24. Crescimento da economia gaúcha no 1° trimestre de 2021 tanto em relação ao trimestre anterior (4,0%), quanto em relação ao 1° trim de 2020 (5,5%);** Estado teve crescimento superior ao PIB nacional. O desempenho positivo foi influenciado fundamentalmente pela agropecuária e pela indústria. **Com esta expansão, o índice de volume do PIB não apenas recuperou o nível anterior ao início da pandemia (4°trim./20), mas igualou o nível verificado em 2014.** Por outro lado, a evolução da pandemia e da vacinação seguem no radar especialmente para o desempenho de atividades ligadas ao comércio de bens e serviços. **A prorrogação do auxílio emergencial por mais 3 meses anunciada ontem (05 de julho 2021) garante uma injeção importante de recursos** na economia e que deve impactar positivamente nestes setores.

**25. Agropecuária com forte expansão (quantidade e faturamento).** Após a forte estiagem ocorrida em 2020, a produção agrícola se recuperou em 2021, principalmente pela expressiva elevação na **quantidade produzida de soja (+79,4%)**; o setor também vem se beneficiando com o crescimento dos preços recebidos pelos produtores; resultado é a considerável elevação do faturamento do setor em 2021, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil; Como consequência, houve incremento nos investimentos do setor, refletindo no **crescimento das indústrias máquinas e equipamentos para o plantio e a colheita e caminhões para transportar a safra**. Na agropecuária, a perspectiva é bastante positiva, com a colheita da supersafra de soja ao longo do segundo trimestre, **prometendo a injeção de vultosos recursos no próprio setor e, indiretamente, na indústria e nos serviços**

**26. As exportações gaúchas cresceram 28,5% nos primeiros cinco meses de 2021,** com destaque para as expansões nas vendas de produtos de metal, produtos da agropecuária,

notadamente soja, máquinas e equipamentos, couros e calçados e alimentos o que tem contribuído para o bom desempenho da economia do RS.

**27. Empregos formais perdidos são recuperados.** Os empregos perdidos entre março e junho de 2020 (-138.306) foram mais do que recuperados. No acumulado dos últimos 12 meses, findos em maio de 2021, **houve criação de 152.444 vagas de emprego formal no RS um aumento de 6,21% no total de trabalhadores**, com os maiores números associados à indústria de transformação (65.431), comércio (40.569) e serviços (34.452). **De janeiro a maio de 2021 o saldo do emprego formal foi de 82.134 novas vagas (+3,25%)**, conforme dados do Caged/Ministério da Economia.